



Associação Portuguesa dos Mercados Públicos

PROGRAMA EXECUTIVO AVANÇADO SOBRE CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Programa de natureza interdisciplinar sobre as temáticas de Direito, Economia, Gestão Pública e Tecnologias Digitais mais relevantes para melhorar a contratação e gestão de obras públicas

Informações complementares e inscrições em <http://www.opet.pt>

Em parceria e com o apoio institucional



ORDEM
DOS ENGENHEIROS
REGIÃO SUL



Aulas e palestras a cargo de professores e especialistas de múltiplas entidades: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Lusíada – Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Escritório de Advogados BAS, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.





A | OBJETIVOS

Apresentar o amplo espectro de tipos de contratação visando a realização de obras, discutir as suas exigências de informação, avaliar os tipos de procedimentos que podem ser adotados e estudar os problemas a resolver em cada caso. Também se dá especial atenção à contratação de projetos, à contratação conceção-construção e aos problemas inerentes à atribuição de responsabilidades e aos direitos de autor.

Este programa também abrange o estudo da gestão dos contratos, a introdução de modificações e a gestão de trabalhos complementares e revisão de preços.

B | METODOLOGIA

Este programa adota a metodologia dos Programas Executivos em que um dos seus coordenadores estará presente em todas as sessões e cada sessão (via ZOOM) terá a seguinte estrutura:

- 1) Lição pelo professor sobre o tema da sessão: 17h 30 -18h 30.
- 2) Apresentação de problemas e dúvidas pelos participantes, havendo 2 elementos especialmente indigitados para cada sessão: 18h 30- 19h 15
- 3) Resolução de problemas e discussão final: 19h 15 -19h 55.

Os participantes deverão ter formação superior e experiência sobre mercados públicos (entidades adjudicantes ou operadores económicos) durante pelo menos 3 anos.

Cada participante, individualmente ou em grupo, deverá apresentar trabalho final o qual será apreciado no final do programa a fim de lhe ser atribuído diploma de aproveitamento.

C | COORDENADORES

Professor Luís Valadares Tavares e Professor Miguel Catela

D | CALENDÁRIO

Sessões online das 17h 30 às 20h nos dias seguintes:

- a) ABRIL: 12, 20, 26 e 27
- b) MAIO: 3, 10, 18, 25 e 30
- c) JUNHO: 1, 7, 8, 14 e 15



E | PROGRAMA

SESSÃO 1 - A DIVERSIDADE DE TIPOS DE OBRAS E IMPLICAÇÕES CONTRATUAIS

Data: 12 de abril das 17h30 às 20h

Professores: Luís Valadares Tavares e Miguel Catela

Analisam-se os principais tipos de obras, designadamente: pequenas obras repetitivas (reparação de arruamentos, etc), obras de remodelação (alteração de tipologias de espaços hospitalares, qualificação de unidades habitacionais, etc), construções modulares (residências de estudantes, etc), obras marítimas e de tribunais, novas construções, empreendimentos incluindo projeto e financiamento, ou projeto, financiamento e exploração.

SESSÃO 2 - O MODELO DE DADOS

Data: 20 de abril das 17h30 às 20h

Professor: António Aguiar Costa

O modelo de dados e sua natureza evolutiva desde a definição do objeto do contrato até à especificação do projeto de execução. Funções da entidade adjudicante enquanto “dona” do modelo de dados. A aplicação da Portaria 701-H e novos instrumentos BIM.

A adoção do mesmo modelo pela entidade adjudicante e pelo cocontratante. Sua potenciação para a gestão da execução da obra.

Principais softwares disponíveis.

SESSÕES 3 e 4 - OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS E A SIMPLIFICAÇÃO PROCEDIMENTAL

Data: 26 e 27 de abril das 17h30 às 20h

Professores: Miguel Catela, Miguel Assis Raimundo e José Antunes Ferreira

1. Os procedimentos

A consulta prévia, o concurso público e o CLPQ.

O Acordo-Quadro com 1 ou mais cocontratantes e sem plena especificação do objeto.



O Sistema de Aquisição Dinâmica.

O Diálogo Concorrencial

O Procedimento por Negociação (Procedimento concorrencial com negociação).

2. A simplificação procedimental

SESSÃO 5 - A CONTRATAÇÃO DE PROJETOS

Data: 3 de maio das 17h30 às 20h

Professor: Miguel Catela e colegas da APPC e da Ordem dos Arquitetos

Os dados a fornecer pela entidade adjudicante. O modelo de contrato. Os critérios de adjudicação e a avaliação de propostas.

Os direitos de autor e a responsabilização dos autores.

SESSÃO 6 - A CONTRATAÇÃO DE EMPREITADAS

Data: 10 de maio das 17h30 às 20h

Professores: Miguel Catela e José Antunes Ferreira

O Programa e os critérios de adjudicação. O caderno de encargos

SESSÃO 7 - A CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO

Data: 18 de maio das 17h30 às 20h

Professor: José Antunes Ferreira

A aplicação do Artigo 43º-3 do CCP e o DL 78/2022 de 7 de novembro

A contratação do estudo prévio e sua articulação com a contratação do projeto e empreitada.
Os critérios de adjudicação.

A atribuição de responsabilidades e os direitos de autor.



SESSÃO 8 – A AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, A ADJUDICAÇÃO E O PROCESSO ANTECEDENTE DA CONTRATAÇÃO

Data: 25 de maio das 17h30 às 20h

Professor: Marco Real Martins

As interações com outros organismos e especificações a incluir no contrato.

SESSÕES 9 e 10 - A GESTÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Data: 30 de maio e 1 de junho das 17h30 às 20h

Professor: José Antunes Ferreira e Luís Verde Sousa

O Gestor do Contrato. A potenciação do modelo de dados (BIM). A introdução de modificações ao contrato, trabalhos complementares e revisão de preços.

SESSÕES 11 e 12 - CASOS DE ESTUDO SOBRE CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Data: 20 de junho e 21 de junho das 17h30 às 20h

Apresentação e discussão de boas práticas para diversos tipos de contratações.

SESSÃO 13 - APRESENTAÇÕES DOS TRABALHOS DOS PARTICIPANTES E SUA DISCUSSÃO.

Data: 22 de junho das 17h30 às 20h

SESSÃO ESPECIAL PRESIDIDA POR SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, DR. ANDRÉ MOZ CALDAS.

Data: 23 de junho das 17h30 às 18h30

E | PROFESSORES

Luís Valadares Tavares

Professor catedrático emérito de Sistemas e Gestão do IST tendo desempenhado funções de professor convidado em numerosas universidades estrangeiras e na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Foi presidente do Comité de Educação da OCDE, Diretor Geral de Planeamento do Ministério da Educação, Gestor do Prodep e Presidente do Instituto Nacional de Administração. É presidente da APMEP (Associação Portuguesa dos Mercados Públicos), do OPET (Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia), investigador do CESUR (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais), provedor do cliente da EDP e administrador não executivo do Grupo Martifer. Especialista em políticas públicas e gestão pública, planeamento e avaliação de sistemas sociais, contratação pública, modelos de decisão e negociação e de gestão de conflitos, sendo autor de 30 livros e mais de 100 artigos em revistas internacionais.



Miguel Catela

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1975-1980).

Docente no ISCTE (1980-2006) Bolseiro do Governo Austríaco (1982-1983), após aprovação em concurso público. Adjunto do Gabinete do Ministro da Justiça (1983-1985).

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1985-1987). Membro da Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações (1988 – 2011)

Doutorado em Direito pelo Instituto Universitário Europeu (1995), defendendo a Tese – European Integration and Public Works Contracts Regulation.



Professor da Universidade Lusíada (1997-2000) (2019-...)

Advogado

Luís Verde Sousa

Luís Verde de Sousa é assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e advogado, desenvolvendo a sua investigação académica e prática forense na área do direito administrativo, com particular incidência na formação e execução de contratos públicos. É mestre em ciências jurídico-políticas, tendo publicado a sua tese sobre a negociação nos procedimentos de adjudicação, sendo ainda autor de diversas publicações na área. Desempenhou funções de perito na apreciação da legalidade de procedimentos de adjudicação e de júri em procedimentos concursais. É árbitro em processos sobre execução de contratos públicos. Tem, ainda, lecionado em cursos de pós-graduação em contratação pública, organizados por instituições de ensino portuguesas e estrangeiras, ministrado formação junto de entidades públicas e privadas, bem como participado em diversos colóquios e conferências sobre a matéria. É membro fundador da Revista de Direito Administrativo e Presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol. É casado e tem três filhos.



José Álvaro Antunes Ferreira

Professor Associado com Agregação Aposentado do Instituto Superior Técnico (IST). Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa. Foi coordenador de vários cursos de mestrado e doutoramento. Foi membro da Comissão Directiva do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais (CESUR). É atualmente Vice-Presidente do Observatório de Prospectiva da Engenharia e Tecnologia (OPET).

É especialista em procurement, gestão de projetos e planeamento e gestão urbanística. Nos últimos 25 anos coordenou centenas de projetos e estudos na sua área de especialidade.

É também autor de vários trabalhos de investigação publicados em diversas revistas internacionais (Journal of Purchasing & Supply Management, European Journal of Operational Research, International Journal of Project Management, Land Use Policy, Town Planning Review, Landscape and Urban Planning, International Journal of Project Management).



António Aguiar Costa

António Aguiar Costa é Professor Associado no Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura do Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. É Presidente da Comissão Técnica de Normalização BIM Portuguesa, a CT 197, e membro da Comissão Técnica de Normalização BIM Europeia, a CEN/TC 442. Foi também Diretor de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do Laboratório Colaborativo BUILTColab. Coordena diversos projetos de ID e desenvolve trabalhos para a Comissão Europeia, tendo participado em diversos processos de avaliação de candidaturas H2020 e elaborado relatórios de avaliação tecnológica para projetos europeus em curso.



Atualmente os seus interesses de investigação focam a transição digital, concretamente o Digital Twin, BIM, a construção digital, as tecnologias de informação na construção e os edifícios inteligentes, e a sustentabilidade e a transição energética, tendo desenvolvido trabalho inovador no âmbito do LCA e Circularidade. Participante ativo em diversos projetos e conferências, nacionais e internacionais, é autor de mais de 50 artigos técnicos e científicos nas áreas de conhecimento em que atua.

Marco Real Martins

Advogado. Sócio da BAS, Sociedade de Advogados, SP, RL Advogado (sócio) – Responsável pelo Departamento de Direito Administrativo e Contratação Pública da BAS, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2005,

Pós-Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Administrativas, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2005/2006, com a classificação final de 15 valores;

Pós-Graduação de Especialização em Contencioso Administrativo, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2006/2007, com a classificação final de 16 valores; Mestrado em Direito Administrativo e Contratação Pública, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2009/2010, com a classificação final de 18 valores. "ADVOGADO DO ANO" na categoria de Public Law (Direito Público) atribuído pelos prestigiados prémios da Forty under 40 (que avalia advogados com idade inferior a 40 anos em atividade na Península Ibérica), em 2020. Advogado indicado em vários diretórios internacionais na área de Administrative Law (Direito Administrativo) e Public Law (Direito Público).





F | GESTÃO E APOIO TECNOLÓGICO

A gestão administrativa e financeira deste curso e os correspondentes serviços tecnológicos serão prestados pelo OPET - Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia (www.opet.pt), parceiro da APMEP.

G | CUSTO

A propina é de **2.000 euros** por participante.

- Os participantes que pertençam aos quadros ou sejam indicados pelos sócios coletivos da APMEP beneficiam de desconto de 40% no valor da propina
- Os participantes que sejam membros da Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Arquitetos e da APPC – Associação Portuguesa dos Projetistas e Consultores – beneficiam de desconto de 40% no valor da propina.
- Os participantes que sejam colaboradores das Entidades a que pertencem os docentes beneficiarão de um desconto de 40% no valor da propina.
- As Entidades que inscrevam dois ou mais participantes beneficiam de desconto de 50% no valor total das propinas.
- Os descontos referidos anteriormente não são acumuláveis.
- A propina é subdividida em três prestações de igual valor as quais deverão ser pagas até 10 de abril, 10 de maio e 10 de junho.